

JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XVIII - Edição 107 - Novembro 2017

Arquivo Judiciário completa 33 anos *pág 07*



Outubro Rosa: TJSE realiza diversas ações de saúde na capital e interior *pág 12*





I Encontro sobre **Precatórios** **TJSE**

**Gestão de Precatórios e o compromisso
com a efetividade da Justiça**

22Nov
8h às 17h

Auditório térreo do Tribunal de Justiça
(Praça Fausto Cardoso, 112, Centro, Aracaju/SE)

**Regime Geral e Especial e consequências do
inadimplemento, sob a EC 94/2016**

Dr. Francisco Eduardo Fontenele Batista - TJCE

**Formas de viabilizar a quitação das dívidas
de acordo com a EC 94/2016**

Des. Luís Paulo Aliende Ribeiro - TJSP

Emissão de Certificados

Inscrições até 21Nov

www.tjse.jus.br/precatorios/eventos



**INSCREVA-SE JÁ
pelo QR Code**

Arquivo cheio de novidades

O Arquivo Geral do Judiciário é uma das maiores contribuições da Justiça sergipana, depois, naturalmente, do ofício de julgar os processos que lhe são apresentados. Aliás, a própria característica dos feitos judiciais, com peculiar riqueza de detalhes, contribui para enriquecer seus registros, que há mais de três décadas têm sido fonte de pesquisa para comprovação de direitos e composição de monografias, dissertações e teses. É certo que muito mais está por ser descoberto nos mais de quatro mil metros quadrados de documentos, sendo o mais antigo de 1655. Com ideia inovadora, a instituição levou recentemente a um shopping a exposição “Nossa História está Aqui: democracia, verdade e memória”. Entre as histórias que precisam ser valorizadas está a do próprio Arquivo, cuja equipe pioneira, liderada pela Profª. Dra. Eugênia Andrade Vieira da Silva, conseguiu firmar a instituição como referência para a pesquisa dos brasileiros.

FÁBIO SOARES

Diretor de Comunicação do TJSE



04

Entrevista: Diretora do Arquivo Judiciário, Mara Vieira, fala sobre a importância do local



10

Evolução com macrodesafios: Melhoria da Gestão de Pessoas

15 Pronto serviço: Memorial do Judiciário desenvolve projeto Formando Cidadãos

17 Prata da casa: Juiz aposentado Valter Ribeiro Silva revela seu amor pela Comarca de Estância

18 Viver intensamente

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor **FÁBIO SOARES** Chefe da Divisão de Imprensa **LUCIANO ARAUJO**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**, Reportagens **LUCIANO ARAUJO**,

LUCIANO ANDRADE Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Projeto gráfico e editoração eletrônica **JEAN CARLO** - Designer Gráfico

Revisão **RONALDSON SOUSA**

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

“Nosso documento mais antigo tem 362 anos”

Chefe do Arquivo Judiciário, Mara Vieira, fala sobre o trabalho desenvolvido no local que acaba de completar 33 anos



Se você gosta de história, é curioso ou desenvolve alguma pesquisa sobre Sergipe, não pode deixar de conhecer o Arquivo Judiciário. Localizado no bairro Capucho, ao lado do Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju, o prédio arquiva documentos judiciais dos séculos XVII ao XXI. Nesta entrevista, a Chefe do Arquivo, Mara Vieira, fala sobre os tipos de pesquisa que podem ser realizadas no local, como acessar documentos e processos antigos, o que é feito para conservar todo esse material, o que está disponibilizado no site do Arquivo e como estão sendo as comemorações dos 33 anos.

REVISTA JUDICIARIUM – O Arquivo Judiciário reúne um dos maiores acervos documentais de Sergipe. O que tem

sido feito para que essa documentação seja mais acessada pelos sergipanos?

MARA VIEIRA – Temos sempre aberto nossa agenda e disponibilizado visitas guiadas para que turmas de alunos de cursos técnicos profissionalizantes, do ensino fundamental, médio e superior conheçam o funcionamento do Arquivo como um todo, bem como a quantidade de informações que guardamos. O Arquivo ainda tem ampliado seus convênios com instituições universitárias para pesquisas acadêmicas. E, para maior divulgação do trabalho realizado no Arquivo, estamos atualizando o Portal, mensalmente, com a divulgação de novos conteúdos.

Quais os tipos de pesquisa possíveis

sobre a documentação existente no Arquivo?

Podem ser realizadas pesquisas acadêmicas e de comprovação de direitos. A pesquisa acadêmica é feita, geralmente, por professores e também alunos que buscam subsídios para seus trabalhos. Podem ser voltadas para as áreas de Direito; Letras; Arquivologia, que estuda como guardamos e conservamos a documentação; História, que analisa o contexto dos fatos trazidos nos processos, entre outras. Já no eixo comprovação de direitos, partes ou advogados envolvidos no processo acionam o Arquivo para utilizar processos anteriores em causas recentes. Procuram muito também inventários e partilha de bens.

“O Arquivo tem ampliado seus convênios com instituições universitárias para pesquisas acadêmicas”

Quais os temas mais pesquisados no Arquivo?

Escravatura, inventários, defloramentos, usucapião. Enfim, são vários os temas de interesse. Chegando ao Arquivo, a pessoa diz o que deseja pesquisar, preenche um cadastro e um servidor buscará a documentação necessária para a pesquisa, que só pode ser feita no próprio Arquivo. O material não pode ser levado, mas o pesquisador tem a possibilidade de fotografar as páginas, sem utilização do flash, tudo sob a supervisão de um servidor. Alguma pesquisa recente chamou a atenção de vocês pela peculiaridade? As pesquisas feitas, em geral, são muito interessantes. Porém, destacamos uma tese de doutorado que se transformou num livro intitulado ‘Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900)’, onde sua autora, Sharyse Piroupo do Amaral, enfatiza que sua pesquisa foi feita, na sua maior parte, através dos processos judiciais do Arquivo Judiciário. Outra tese que cumpriu a mesma finalidade foi a de Edvaldo Alves de Souza Neto, com o tema ‘Saindo das senzalas, mas não da história: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900)’.

Que documentos ou processos mais antigos o Arquivo guarda?

Nosso documento mais antigo tem 362 anos. É um Livro de Notas de 1655, uma procuração de Francisco Chaves relativa ao escravo Congo João. Ou seja, nosso documento mais antigo não é um processo, é um livro de notas oriundo do Cartório de 1º Ofício da Comarca de São Cristóvão. Inclusive, esse documento foi digitalizado e está disponível no Portal do Arquivo Judiciário.

Esse livro tem grande relevância porque é o único documento original do século XVII com informações da época sobre escravidão, negócios e menores de 18 anos órfãos no Estado de Sergipe.

Como ter acesso a esse documento mais antigo do Arquivo?

Esse documento está disponível no Portal do Arquivo. Acessando a seção Documentos – Acervo – Curiosidades, o internauta vai encontrar não só o Livro de Notas de 1655, mas também outros documentos relativos à história de Sergipe e do Brasil, a exemplo do processo de Lampião, mapa de Sergipe de 1918, limites territoriais de Aracaju-São Cristóvão de 1928, Catálogo dos Autos Judiciais de Laranjeiras, entre outros. Muitos desses documentos antigos pertenciam aos cartórios extrajudiciais, porém continuam sob nossa guarda por se tratarem de documentos com valor histórico.

Uma das atividades realizadas no Arquivo é a restauração de documentos. Como os servidores são preparados para desenvolvê-la? Quanto tempo pode durar a restauração de um documento?

Os servidores que atuam nessa área fazem cursos específicos. Os últimos cursos aconteceram na gestão passada, um deles em Recife, na Fundação Joaquim Nabuco; e o outro no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional. Ou seja, nossos servidores estão capacitados para o trabalho de restauração, que pode durar de três a cinco dias por página. Todos os processos mais antigos passam por medidas preventivas de conservação, como desinfestação, higienização e intercalação.

O Tribunal de Justiça de Sergipe, em sua atividade-fim, tem trabalhado

do para intensificar a virtualização dos processos. O acervo do Arquivo caminha também nesse sentido, digitalizando os documentos que estão sob sua guarda?

Sim. Temos um projeto em andamento denominado Memória Colonial, onde toda documentação do Estado referente ao Período Colonial (do descobrimento do país até 1822) tem sido trabalhada para que possamos dar acesso rápido e eficiente ao pesquisador através do Portal. O objetivo é terminar a digitalização do material até o final deste ano, disponibilizando tudo no site do Arquivo.

Algumas vezes por ano, o Arquivo publica editais de descarte de processos. Que documentos podem ser descartados e como se dá isso?

O descarte de processos judiciais segue as orientações do Conselho Nacional de Justiça, através da Recomendação 37/2011 e Resolução 38/2012, do Tribunal de Justiça de Sergipe, que tem como instrumento de classificação uma Tabela de Temporalidade. Esses documentos legais determinam que não podem ser descartados os acórdãos e as sentenças dos processos, bem como todos os processos que tenham cunho histórico, ficando também uma amostra seletiva de 1% dos processos que estão sendo trabalhados para descarte como guarda permanente. Esse descarte prevê a sustentabilidade ambiental e, por isso, temos um convênio com a Care, que é a Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju. Assim que termina o prazo de 45 dias, previsto no edital para que as partes possam requerer os processos destinados à eli-

minação, oficiamos a Care e eles recolhem no Arquivo todo material a ser descartado. Um servidor do Arquivo acompanha o caminhão que transporta os processos, que são destruídos na cooperativa.

Em 2014, o Arquivo abriu seu acervo para que a Comissão Nacional da Verdade pudesse pesquisar processos judiciais do período da ditadura militar. Este ano, o Arquivo montou uma exposição em parceria com a Comissão Estadual da Verdade. Como o Arquivo tem contribuído para que essa página triste da história do país não seja esquecida?

Nossa maior contribuição

quanto a esse assunto é disponibilizar ao público parte da pesquisa feita pela Comissão Estadual da Verdade nos documentos judiciais guardados pelo Arquivo no período de 1946 a 1988. A Comissão Estadual da Verdade tem um historiador, que fez a análise desses processos e selecionou as partes que poderiam ser digitalizadas e disponibilizadas para pesquisa pública. Uma parte desse material, que está disponível integralmente no Portal do Arquivo, foi mostrada em uma exposição realizada no shopping Riomar, entre os dias 19 e 21 de outubro. A exposição também estará no Arquivo no dia 20 de novembro, quando haverá uma palestra sobre 'Documento, Memória

e Democracia", ministrada pela Professora Doutora Andréa Depieri, membro da Comissão Estadual da Verdade. No mesmo dia, faremos oficinas sobre tratamento de arquivos pessoais e noções sobre restauro de documentos.

“Muitos desses documentos antigos pertenciam aos cartórios extrajudiciais, porém continuam sob nossa guarda por se tratarem de documentos com valor histórico.”





Arquivo Judiciário expõe processos do período da ditadura militar

Exposição, que comemora 33 anos do Arquivo, foi feita em parceria com Comissão Estadual da Verdade

‘Nossa história está aqui: democracia, verdade e memória’ foi o nome da exposição que o Arquivo Judiciário levou para o shopping Riomar, em Aracaju, entre os dias 19 e 21 de outubro. Em parceria com a Comissão Estadual da Verdade, o subtema ‘Memória, Verdade e Repressão em Sergipe nos anos 50’, apresentou documentos do acervo do Arquivo Judiciário relativos a pessoas perseguidas pela ditadura militar. Na época, mais de 100 pessoas foram denunciadas em Sergipe, sendo muitas delas presas e torturadas

por serem consideradas subversivas.

Uma das pessoas perseguidas foi Antônio Bittencourt, sindicalista ferroviário e membro do Partido Comunista, preso em 1952 e 1964. “Meu pai sempre contou para gente as perseguições que sofreu. Ele lutava pela igualdade entre as pessoas e foi perseguido por pensar diferente do regime”, comentou Rafael Bittencourt, filho de Antônio e irmão do vereador Antônio Bittencourt Júnior, que também conferiu a exposição. “Trata-se de

uma época em que a repressão caçava e prejudicava o sonho de diversos trabalhadores que queriam construir um Brasil mais justo”, disse o vereador.

Segundo Elito Vasconcelos, assessor especial da Comissão Estadual da Verdade, a exposição só foi possível a partir de um termo de parceria firmado com o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). “O Tribunal disponibilizou todo o acervo do Arquivo para que pudéssemos pesquisar processos da época da repressão até 1985, com a

redemocratização do país. Nesses processos há depoimentos de presos, pessoas que foram processadas por serem consideradas subversivas”, informou.

Uma das novidades da exposição foi o uso da tecnologia QR Code, que através de um aplicativo de celular permite a tradução de um código direcionado para páginas de internet. Assim, vários documentos de outras pessoas perseguidas – a exemplo de Hélio Nunes, Maria Helena Mota, Nelito Nunes Carvalho, Mariete Pereira Vasconcelos, Manoel Franco Freire e Filemon Franco Freire – ficaram acessíveis ao público no site do Arquivo Judiciário.

“É uma forma de trazermos, principalmente para as gerações mais novas, uma parte importante da nossa história. A ditadura foi um momento sofrido para os brasileiros e esperamos que nunca mais aconteça, pois temos que viver sempre sob a democracia e exercitando a política. E resgatando a história, podemos contribuir para que

a democracia se consolide ainda mais”, destacou o Desembargador Cezário Siqueira Neto, Presidente do TJSE.

Outros documentos

Além dos documentos relativos à ditadura militar, outros processos históricos foram apresentados na exposição. Um deles, o mais antigo custodiado pelo Arquivo Judiciário, é uma carta de alforria de um escravo, datada de 1704. Também foi exposta uma apelação criminal referente a um furto ocorrido em 1942, durante a 2ª Guerra Mundial, quando três navios foram torpedeados por submarinos alemães no litoral de Aracaju. A apelação relata que um homem furtou dois anéis de brilhantes e uma aliança do cadáver de uma passageira vitimada pelo torpedeamento.

“Trouxemos temas como ditadura, 2ª Guerra Mundial e Independência do Brasil. Nosso Estado fez parte de todos eles. Tudo está guardado em pro-

cessos do Arquivo, que estão prontos para ser pesquisados”, explicou Mara Vieira, diretora do Arquivo Judiciário, que também mostrou na exposição materiais utilizados para restauração de documentos antigos, como polpa de celulose, papel japonês e goma arábica. Os visitantes ainda puderam levar como lembrança um cartão da exposição, assinando o próprio nome com uma caneta de pena.

Para Pedro Miguel Matos, de 7 anos, foi uma novidade. “Pessoalmente nunca tinha visto essa caneta, só no meu livro de História. Achei que a tinta era molho shoyo”, disse Pedro, acrescentando que já estudou sobre a escravidão, mas nunca tinha visto documentos. A professora de História Maria Cristina Santos, que é de Pernambuco e estava a passeio em Aracaju, sentiu-se atraída pela exposição. “São através dessas fontes escritas que temos a comprovação de tudo que aconteceu”, enfatizou Maria.





Comissão Estadual da Verdade garante o direito à memória

A Comissão Estadual Paulo Barbosa Araújo foi instituída em julho de 2015, pelo Governador Jackson Barreto, através do Decreto nº 30030/2015. Composta por professores universitários e pesquisadores ligados às áreas de História e Direitos Humanos, possui a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica. Além da pesquisa de documentos referentes ao período da ditadura militar, a Comissão tem trabalhado na



coleta de depoimentos de vítimas da ditadura e realização de audiências públicas sobre o tema.



A última delas foi realizada em Propriá, cidade do Baixo São Francisco sergipano que, durante a ditadura, viveu muitos conflitos agrários. “Houve diversas violações dos direitos humanos lá, inclusive perseguições ao Bispo Dom José Brandão de Castro. As pessoas que lutavam pela terra, que buscavam um direito social, eram consideradas subversivas”, explicou Elito Vasconcelos, assessor especial da CEV, informando que a próxima audiência está prevista para acontecer em Estância.

“Estância tinha uma característica diferente de Propriá. Lá havia muitas indústrias e os sindicatos eram bem atuantes. Em Estância temos o exemplo do Desembargador Manoel Pascoal Nabuco D’Ávila, que inclusive já prestou depoimento à Comissão. Ele foi cassado e abruptamente retirado da Prefeitura de Estância porque trabalhava em prol da educação”, contou Elito.

O referido Desembargador, formado em Ciências Jurídicas em 1961, foi eleito prefeito de Estância, em 1962, pela sigla do Partido Trabalhista



Brasileiro. Teve seu mandato cassado e foi preso pelos militares. Cumpriu pena na Bahia e depois da prisão passou a trabalhar como advogado. Passou no concurso para Promotor de Justiça em 1980 e foi nomeado Desembargador do TJSE em 1996. Está aposentado desde 2007.

Muitas outras intransigências do período da ditadura militar já foram levantadas pela Comissão Estadual da Verdade. Todas elas farão parte de um relatório final que será elaborado pela Comissão, presidida por Josué dos Passos Subrinho, ex-Reitor da Universidade Federal de Sergipe. Quem desejar colaborar com a Comissão, prestando depoimentos ou fornecendo documentação relativa à repressão, pode encontrar em contato através e-mail **cev.segipe@governo.se.gov.br** ou pelo perfil do Facebook, @CEVSergipe.

Melhoria de Gestão de Pessoas

*Objetivo principal do macrodesafio é
potencializar o capital humano*



A política de gestão de pessoas é de grande importância para fortalecer as ações voltadas para o desenvolvimento do quadro funcional. Segundo a gestora do macrodesafio 'Melhoria de Gestão de Pessoas' e Diretora de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), Tânia Denise Fonseca, o Judiciário sergipano investe constantemente na qualifica-

ção dos servidores, motivando-os à prestação de atendimento eficiente e impessoal aos jurisdicionados, demais servidores e população em geral.

"O principal objetivo do macrodesafio 'Melhoria da Gestão de Pessoas' é potencializar o capital humano através de programas e ações relacionados ao desenvolvimento da Gestão

de Pessoas, voltados para a valorização do quadro funcional, humanização nas relações de trabalho, além da modernização das carreiras e das políticas voltadas para a qualidade de vida no trabalho", explicou Tânia Denise, lembrando que o desenvolvimento de técnicas, projetos e programas na área de Gestão de Pessoas também são voltados para o melhor desempenho funcional.

PROJETOS

Alguns projetos do macrodesafio 'Melhoria de Gestão de Pessoas' já estão em andamento no TJSE. Segundo Tânia Denise, outros temas serão incluídos após a avaliação da Pesquisa de Clima Organizacional aplicada este ano. Confira alguns projetos que já estão inseridos no Planejamento Estratégico do TJSE:

Projeto Incluir

Contempla ações de atenção aos servidores portadores de necessidades especiais do TJSE. Visa despertar a consciência e a cultura de confirmação dos direitos da pessoa com necessidades especiais, com a criação de Espaço de Acessibilidade no Portal do Servidor; acesso adequado às dependências das unidades aos indivíduos que apresentam deficiência visual severa; e distribuição de fôl-

deres informativos acerca do resgate da cidadania das pessoas que têm necessidades especiais.

Projeto de Intervenção Psicossocial ao Servidor em Situação de Estresse

O objetivo é promover atendimento individual, proporcionando aos servidores espaço para reflexão e autoconhecimento, a fim de crescimento pessoal e melhoria nas relações interpessoais.

Projeto de Intervenção Psicossocial na Perspectiva de Otimizar a Adaptação dos Servidores do TJ/SE com Mudança de Lotação

Visa prestar assistência aos servidores que passam por período pontual de ansiedade elevada, atrelada à dificuldade no processo de adapta-

ção à mudança do local de trabalho e, em decorrência dessas alterações, apresentam algum sofrimento psíquico e/ou social relacionado às características particulares das atividades desenvolvidas rotineiramente.

Projeto Gestão por Competência

O objetivo é desenvolver as competências e a qualificação dos servidores e gestores, melhorando o desempenho de suas atribuições e reconhecendo o fator humano como fundamental para o sucesso da instituição quanto aos objetivos estratégicos. O projeto passa por várias etapas, entre elas a definição das competências organizacionais e identificação das competências dos colaboradores, para conhecer o que eles podem oferecer à organização e em que ponto necessitam se aprimorar.

COM SAÚDE NÃO SE BRINCA



Sessão de Tai Chi Chuan em Itabalândia

TJSE adere à campanha Outubro Rosa

Diversas ações de combate ao câncer de mama foram realizadas e servidoras contaram suas histórias de superação

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) literalmente se vestiu de rosa para apoiar a campanha que acontece todo mês de outubro, em combate ao câncer de mama. A fachada do Palácio da Justiça ganhou uma iluminação especial, o site do TJSE também ficou rosa e as telas de todos os computadores do Poder Judiciário receberam uma arte especial com o tema 'Prevenção é o primeiro passo'. Mas não foi apenas isso. Aconteceram inúmeras palestras na capital e interior, o TJ participou de uma campanha de doação de lenços, servidoras gravaram vídeos contando

como superaram a doença e uma exposição fotográfica passou pelo Palácio da Justiça e Fórum Gumersindo Bessa.

“O câncer de mama é o segundo mais frequente no mundo e por conta disso, 12 a 15 mil mulheres morrem por ano. O diagnóstico da doença pode ser descoberto em sua etapa inicial e quanto antes for o tratamento, maior a chance de cura. A preocupação com esses exames deve ser algo fundamental para se combater a doença e o alcance do TJ aos servidores do interior pode contribuir para

esse combate”, frisou Rosita Fiorotto, médica ginecologista do Centro Médico do TJSE.

A técnica judiciária Silvana Menezes, lotada no Departamento de Precatórios do TJSE, disse que conferiu a exposição fotográfica e os vídeos expostos no canal do TJSE no YouTube. “Achei uma iniciativa muito importante. E o bom é que não foi apenas um dia, foi o mês todo bem focado nisso. Às vezes, a gente se descuida com algo tão importante, mas a campanha que o Tribunal fez serviu de alerta”, comentou Silvana.



Estância: sessões de massoterapia

Segundo o Desembargador Cezário Siqueira Neto, Presidente do TJSE, a campanha procurou valorizar o servidor e demonstrar a importância dos cuidados com a saúde. “Não poderíamos deixar de homenagear os servidores dando ênfase ao desenvolvimento humano, funcional e institucional, por meio de uma programação com atenção integral à saúde”, destacou o presidente, lembrando que ações de saúde também foram realizadas em comemoração ao Dia do Servidor, integrando o macrodesafio estratégico da Melhoria da Gestão de Pessoas, a partir do Projeto Justiça Integrativa.



Socorro: aferição de pressão

As ações itinerantes passaram pelas Comarcas de Propriá, Estância,

Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro e Lagarto. A equipe do Centro Médico ofereceu aos servidores atendimento clínico preventivo de mama, com a ginecologista Rosita Fiorotto; sessões de quiropraxia, com o fisioterapeuta José Lúcio Dantas Júnior; testes de glicemia, aferição de pressão arterial, palestras, além da prática de Tai Chi Chuan.



Abertura do Outubro Rosa no Palácio

“Foi uma grande iniciativa. Mais ainda para nós servidoras, no mês

em comemoração ao nosso dia e ao Outubro Rosa. Tivemos acesso a importantes informações sobre prevenção”, agradeceu a servidora Nilza Maria Sandes. Já a servidora Josenilde Alves Santos confessou que nem sempre dá tempo de ir ao médico. “Gostei muito da iniciativa do TJ em atender servidores no próprio local de trabalho. Muitas vezes, não se tem tempo e a vida corrida quase sempre nos leva a colocar esses assuntos para depois, mas ações como essas ajudam a repensar nossa saúde”, disse.

Exposição

A exposição fotográfica ‘Eu ainda sou Bela’ foi idealizada pelo fotógrafo Bruno César, da Diretoria de Comunicação do TJSE. Em 2016, ele ofereceu, gratuitamente, um ensaio para



Fotógrafo Bruno César na exposição

dez mulheres que enfrentaram o câncer de mama, com o objetivo de elevar a autoestima delas. “O apoio do TJSE foi de fundamental importância para expandir o alcance da mensagem da prevenção e do combate ao câncer, tanto para servidores quanto para toda a sociedade”, explicou Bruno.



QR Code permitiu acesso a depoimentos



Depoimentos no Face do TJSE

Além do Palácio da Justiça e do Fórum Gomersindo Bessa, a exposição passou também pelo Tribunal de Contas, Unit e Huse. Cláudia Daiane, uma das fotografadas, disse que ao fazer o ensaio não imaginava a repercussão positiva em sua vida e na luta contra o câncer. “Agradeço a Deus por me permitir passar por essa fase e vencer. Deixo uma mensagem para que as mulheres invistam na prevenção, se apalpem, procurem o médico. Câncer tem cura e a vida após vencer a batalha é melhor ainda. É aproveitar cada momento que a vida nos oferece”, aconselhou Cláudia.



Lagarto: Juíza Carolina Valadares e Dra. Rosita

“ Que a sociedade abra os olhos para a prevenção ao câncer”

Vídeos

No canal TJSergipe, no YouTube, além dos vídeos gravados com as mulheres que participaram da exposição ‘Eu ainda sou Bela’, também foram colocados depoimentos de quatro servidoras do TJSE que superaram o câncer de mama. Duas delas, Isabelle Brandi Paixão e Cecília Áurea Albuquerque, já haviam contado suas histórias para a Revista Judiciarium, na edição do último mês de julho

Papel de parede

Durante todo o mês de outubro, os servidores receberam mensagens sobre o câncer de mama através do papel de parede de todos os computadores do TJSE. Os mais diversos conteúdos – como matérias da Sociedade Brasileira de Mastologia, vídeos de mulheres que participaram da exposição ‘Eu ainda sou bela’ e depoimentos de servidoras do TJSE – puderam ser acessados a partir da tecnologia QR Code, na qual um aplicativo de celular é utilizado para o acesso rápido a páginas da internet.

Memorial do Judiciário recebeu mais de 200 estudantes este ano

Projeto Formando Cidadãos abre acervo do Memorial para escolas públicas, particulares e grupos organizados

Quem passa pela Praça Olímpio Campos, popularmente conhecida como Praça da Catedral, bem no Centro de Aracaju, já deve ter observado o prédio histórico localizado na esquina com a rua Itaporanga. O Palácio Sílvio Romero foi inaugurado há 122 anos, em 1895, para servir de sede do então Tribunal de Relação. Ainda hoje, o prédio pertence ao Tribunal de Justiça de Sergipe, mas, agora, com a função de guardar a memória do Judiciário estadual. O que nem todo mundo sabe é que ele está aberto ao público e pode ser visitado, gratuitamente, por escolas públicas, particulares, grupos organizados, turistas, pesquisadores e quem mais quiser conhecê-lo.



Visando receber especialmente grupos, o Memorial desenvolve o Projeto Formando Cidadãos. “Esse projeto consiste em um canal de comunicação com a sociedade, por meio do qual um grupo de pessoas, geralmente alunos de escolas públicas e privadas, visita o espaço do Memorial. Na oportunidade, apresentamos o acervo da unidade, que inclui uma exposição de longa duração e exposição de curta duração que por ventura esteja em vigor. Também são prestados esclarecimentos acerca dos órgãos que compõem o Poder Judiciário, suas funções e atividades”, explicou Juliana Barretto, diretora do Memorial.

Além disso, o projeto também pode contemplar temas específicos, a exemplo de violência doméstica e familiar contra a mulher, educação patrimonial, educação financeira, entre outros. “Esses temas, geralmente, são abordados por meio de oficinas, palestras, teatro, simulação e afins. Embora eu sempre acompanhe os alunos quando da realização do projeto, outros servidores do Memorial fazem a apre-



sentação do acervo”, informou Juliana, acrescentando que, este ano, até setembro, passaram pelo Memorial uma média de 225 estudantes.

Em uma das visitas realizadas recentemente, 20 alunos do 4º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac, além de conhecerem as dependências e o acervo do Memorial, participaram de um júri simulado. “Fiquei feliz por tudo que vi e aprendi aqui”, comentou a aluna Gleiciane da Silva Santos. Já Ruan Andrews Silva Menezes, 9 anos, disse que achava o prédio bonito, mas nunca tinha pensado em entrar. “Já tinha pas-

sado na rua e observado, mas hoje sei o que ele representa para nós. Valeu a pena”, elogiou o também aluno da Escola Olavo Bilac.

Serviço

Quem pode visitar o Memorial do Judiciário?

Todo o público.

A quem se destina o Projeto Formando Cidadãos?

Alunos do ensino médio e fundamental das redes públicas e privadas, universitários, grupo de idosos e demais grupos organizados.

Agendamento de visitas

Entrar em contato pelo telefone 3226-3488 ou e-mail memorial@tjse.jus.br, solicitando o agendamento. Informar a quantidade de pessoas (máximo de 40) e faixa etária.

Endereço e funcionamento

Praça Olímpio Campos, 417, Centro, Aracaju (SE). O Memorial está aberto de segunda a sexta-feira, das 7 às 13 horas. Às tardes, recebe visitantes mediante agendamento prévio.



Alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac participaram de um júri simulado, sob a orientação da diretora do Memorial, Juliana Barreto, à esquerda



“É o amor que resolve tudo”

Juiz estanciano Valter Ribeiro Silva revela que gostava de estar próximo ao povo

Presidir casamentos era uma das atividades mais prazerosas para o Juiz aposentado Valter Ribeiro Silva. Isso porque, segundo ele, o casamento era um momento de encontro com as famílias. “A família tem que ser prestigiada e eu dava muito valor às solenidades. Dizem que o casamento está falido, mas depende da ótica de cada um. Eu dizia sempre uma coisa, mais importante que o título do casamento, é que as pessoas se sintam felizes”.

O magistrado conta que ingressou no Judiciário em 1º de fevereiro de 1990, quando assumiu a Comarca de Itabaianinha. Em abril de 1996, foi promovido para sua terra natal, Estância. “Naquela época, só tinha uma Vara Criminal e outra Cível. Com o passar do tempo, o crescimento da Comarca e o fato de não existir essa automação que temos hoje, foi necessário desmembrar a Vara Cível. Eu fiquei na 1ª Vara Cível, que tinha como competência principal os processos de família”, lembrou.

E justamente por conduzir processos de família, o contato com a população era ainda maior. “Sinto muita saudade da comunicação com a comunidade, especialmente porque sou estanciano. Dizem que santo de casa não faz milagre. Eu não fiz milagre, mas penso que dei uma contribuição razoável. Sinto muito prazer quando chego na cidade e sou cumprimentado atenciosamente pelos estancianos”, conta o magistrado, que desde a aposentadoria, em janeiro de 2015, divide o domicílio entre Aracaju e Estância.

Como tantos anos de experiência, ele diz que é de fundamental importância a Justiça estar próxima da população, especialmente a mais carente. “Sou muito ligado às pessoas carentes. Eu acho que a Justiça tem que ver as necessidades dos mais carentes para não ficar aquela coisa elitizada. Melhorou bastante o acesso à Justiça e eu acho isso fantástico. A mulher, o menor e o idoso precisam ser bem protegidos. A magistratura tem que ver as necessidades da população”, opinou.

Depois de tantos anos dedicados ao Judiciário, ele não nega que o trabalho deixou saudade. “A vida do aposentado é, no início, de saudade. Saudade do contato direto com os colegas. E chamo de colegas desde a servente que faz o café até o chefe de cartório e os outros juízes. O juiz não faz nada sozinho, precisa de um conjunto de pessoas ao seu lado para realizar as atividades. Todos que formam a cadeia produtiva do Poder Judiciário, do mais simples servidor ao mais graduado, fazem parte do trabalho do magistrado”, ressaltou Valter Ribeiro.

Nessa perspectiva, ele acredita que contribuiu com o Poder Judiciário de Sergipe. “Espero que o Tribunal e minha comunidade estanciana tenham ficado satisfeitos. Terminei a minha judicatura do mesmo jeito que comecei, com amor. O amor é o que resolve tudo”. E apesar da saudade da convivência com os colegas, a aposentadoria permitiu mais tempo de dedicação à família. “A família é a base de tudo. Hoje eu tenho o prazer de curtir mais os netos, que são como se fossem meus filhos mais novos”.



Romualdo Prado Júnior

Sempre em movimento

Romualdo Prado Junior, técnico judiciário desde 1999, lotado no Gabinete do Desembargador Diógenes Barreto, leva sua vida em constante movimento. Desde criança, gostava de pedalar para povoados na sua cidade, São Cristóvão, gosto este, que foi intensificado na década de 90.

Depois de um tempo, retornou a pedalada para manter o corpo em movimento, muito incentivado pela servidora Nellie Rabanal, colega da época da Diretoria de Modernização Judiciária, a qual, segundo ele, foi a autora de um projeto de incentivo ao uso da bicicleta encaminhado ao Planejamento Estratégico, para incorporar ao Programa Qualidade de Vida.

Atualmente ele diz pedalar menos por conta de uma hérnia de disco na lombar, mas declara que está retomando o exercício pelo fato de estar proibido de praticar vôlei de praia e futsal, outras duas paixões da sua vida.

Terças, quintas, sábados ao anoitecer e eventualmente os domingos, são os dias escolhidos por ele para pedalar, exercícios estes, que rendem resistência física, melhora no controle da respiração, e sobretudo, prazer de estar em movimento.

“Minha atividade não tem acompanhamento médico, mas faço exames periódicos e sempre consulto o meu cardiologista e ortopedista que são meus incentivadores”, disse ele.

Além dos médicos, o servidor conta ainda com o incentivo de colegas do TJ, como o amigo aposentado Zelito, ciclista, corredor e um eterno apoiador da atividade física. “Não pretendo abandonar a pedalada e aconselho a quem tiver interesse na prática a acessar sites, pesquisar benefícios e os cuidados que se deve ter, antes de iniciá-la”, finalizou.



Sabrina Duarte Cardoso

Habilidades manuais transformam artes em hobby

A psicóloga da Coordenadoria da Mulher, Sabrina Duarte Cardoso, servidora deste Poder há 12 anos, possui habilidades manuais que já lhe rendem elogios e preferência, além de uma grande realização pessoal.

Ela trabalha utilizando o Scrap decor, técnica para quem trabalha com artesanato com papel, seguindo a linha do scrapbook, utilizado para criar peças para decoração, como caixas, porta-retratos e molduras para quadros entre diversas outras ideias.

Sabrina se dedica ao “hobby sustentável”, como o denomina, e até investe muito neste trabalho que vem sendo terapêutico e bastante recompensador para sua vida. Segundo ela, há mais ou menos 12 anos enveredou por este caminho e aprendeu toda a técnica de mistura de materiais, como tecido, folhas decoradas, fitas, botões e até pintura, juntamente com o papel, para a criação e incrementação destes objetos de decoração, como caixas em mdf, quadros, painéis, garrafas, vasos, entre outros.

“Você pode utilizar o scrap decor para criar desde lembrancinhas de maternidade, festas em geral e casamento, até os bons e velhos álbuns de fotos, que guardam as recordações que todos querem ter em casa, capa de agendas e cadernos personalizados, caixinhas e peças em 3d”, disse ela.

Atendendo pedidos de amigos e recomendados, a artesã diz se vê às vezes até sem tempo para suprir toda a demanda, mas mesmo assim, se dedica a fazer as peças por seu efeito relaxante e servir como terapia para as tensões normais do dia a dia.



SEMANA NACIONAL
DA CONCILIAÇÃO
27/11 A 1/12 • 2017

Conciliar

NÓS CONCORDAMOS



A Conciliação é um serviço judiciário a sua disposição todos os dias.

A decisão de conciliar é sua!

Informe-se no tribunal mais próximo sobre os benefícios desse método de solução de conflitos ou acesse cnj.jus.br/conciliação



Poder Judiciário

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



SEMANA NACIONAL
DA CONCILIAÇÃO
27/11 A 1/12 • 2017

Em Sergipe, obtenha mais informações pelo
e-mail nupemec@tjse.jus.br

**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

Disque 159

www.tjse.jus.br/ouvidoria



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE